

A teoria da representação social e o discurso do sujeito coletivo em estudos no campo da política educacional: sentidos da interdisciplinaridade no BI

The theory of social representation and the discourse of the collective subject in the studies of educational policy field: the meaning of interdisciplinarity in the BI

Gabriel Swahili Sales de Almeida
Universidade Federal da Bahia
swahili@ufba.br

Resumo

A universidade contemporânea tem se deparado com desafios de ordem social, epistemológica e estrutural que requerem uma profunda reflexão acerca de seu estatuto e função social. No contexto brasileiro, uma série de reformas incompletas agravam ainda mais a chamada crise da universidade, universidade esta que se vê envolvida em uma nova proposta de expansão e reformulação através do REUNI, programa que – dentre outras coisas – propõe uma reestruturação da arquitetura acadêmica do Ensino Superior. Estas reformulações, atendendo a demandas sociais e econômicas de caráter global, repercutem no fazer científico das Instituições de Ensino Superior e o discurso sobre um paradigma emergente e sobre a crise das ciências ganha vulto, evocando a interdisciplinaridade como elemento central de novas formas de produção de saberes. Neste contexto, e com o objetivo de investigar os sentidos aplicados à interdisciplinaridade dentro dos Bacharelados Interdisciplinares de uma Instituição de Ensino Superior, este artigo busca, através da Teoria das Representações Sociais e da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, compreender como a interdisciplinaridade é interpretada por parte da comunidade universitária, descrevendo também o uso da Teoria da Representação social e da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo bem como explorando as potencialidades das mesmas para o campo da política educacional. Constatou-se, como resultado, que no plano conceitual o entendimento da interdisciplinaridade entre os colaboradores da pesquisa apresenta densidade, à medida que reconhece as implicações da categoria enquanto um processo de interação disciplinar em seus aspectos teórico, procedimental e institucional.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Teoria da Representação Social. Discurso do Sujeito Coletivo.

Abstract

The contemporary university has encountered social, epistemological and structural challenges that require a profound reflection on its status and social function. In the Brazilian context, a series of incomplete reforms aggravate another so-called university crisis, in an university that is involved in a new proposal for expansion and reformulation through REUNI, a program that - among other things - proposes a restructuring of the academic architecture of Higher education. These reformulations, responding to social and economic demands of global character, have repercussions on the scientific production of Higher Education Institutions, where a discourse on an emerging paradigm and on a crisis of the sciences is gaining importance, evoking the interdisciplinarity as a central element of new forms of production of knowledge. In this context, and with the objective of investigating the meanings applied to interdisciplinarity within the Interdisciplinary Bachelor of a Higher Education Institution, this article seeks, through the Theory of Social Representations and Techniques of the Discourse of the Collective Subject, investigate as an interdisciplinarity is interpreted in an university community, also describing the use of Theory of Social Representation and Technique of Discourse of the Collective Subject as well as exploring as potentialities of them to the field of educational policy. As a result, it was found that, at the conceptual level, the understanding of interdisciplinarity among research collaborators presents density as it recognizes the implications of the category as a process of disciplinary interaction in its theoretical, procedural and institutional aspects.

Keywords: Interdisciplinarity. Theory of Social Representation. Discourse of the Collective Subject.

I ntrodução

Este artigo apresenta parte de um estudo mais amplo sobre os sentidos da interdisciplinaridade nos BI - Bacharelados Interdisciplinares - de uma Instituição de Ensino Superior e tem por objetivo descrever e discutir o quadro teórico-metodológico que tomamos como base no nosso percurso de pesquisa sobre os sentidos da interdisciplinaridade nas arquiteturas acadêmicas emergentes no contexto brasileiro, que foi elaborada a partir da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2007) aplicada através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012), de modo a ilustrar as contribuições desta teoria e técnica aos estudos no campo da política educacional.

Assim, com o objetivo de compreender como gestores, técnicos e estudantes entendem a interdisciplinaridade no nexo entre a política pública e a prática pedagógica nos referidos bacharelados, buscamos identificar características e estratégias de gestão e de ensino-aprendizagem utilizadas nos BIs, através de entrevistas semiestruturadas com discentes que tinham pelo menos 04 (quatro) semestres de participação nos BIs, docentes em cargos de gestão e corpo técnico ligado diretamente a processos de gestão acadêmica dos bacharelados analisados.

Enfocando o papel da interdisciplinaridade no planejamento acadêmico e gestão institucional, a compreensão das políticas públicas no tema e impressões sobre a prática pedagógica interdisciplinar, optamos por uma abordagem qualitativa que, sem a pretensão de atingir o limiar da representatividade do campo estudado, busca apreender significados nas falas dos sujeitos, emolduradas pelo contexto onde estas se emergem, conforme preconiza Moscovici (2007) na Teoria das Representações Sociais (TRS).

Dividimos este artigo em três seções, a primeira abordando a TRS em seus aspectos conceituais, a segunda discutindo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) em suas dimensões teórica e metodológica, buscando descrever a mesma, por fim, uma terceira seção onde apresentamos aspectos procedimentais da pesquisa e alguns dos resultados alcançados.

Teoria das representações sociais

Desenvolvida a partir dos anos de 1960 pelo psicólogo social Serge Moscovici (2007) e com forte referência durkheimiana, a Teoria das Representações Sociais busca explicar o fenômeno das trocas simbólicas tanto no nível pessoal – subjetividade dos sujeitos – quanto no nível coletivo – interações grupais -, bem como a maneira que os símbolos e seu processo de formação influenciam a construção do conhecimento. Subsidiária de uma perspectiva sócio-construtivista, a TRS apresenta semelhanças com o chamado paradigma da complexidade. Seu principal elemento, a noção de Representação Social, nunca recebeu uma definição específica por parte de Moscovici (2007, p. 41), que afirmou: “(...) *se a realidade das Representações Sociais é fácil de apreender, não o é o conceito*”.

Talvez como reflexo de sua produção *interdisciplinar*, desenvolvida na zona de confluência entre psicologia e sociologia, a TRS conforme desenvolvida por Moscovici manteve, intencionalmente, uma fluidez de conceituação da Representação Social (RS), estabelecendo múltiplos enunciados para a mesma. No entendimento do autor, uma definição da RS surgiria, para cada pesquisador envolvido, de forma indutiva, em decorrência da acumulação de dados empíricos. Isto visaria permitir tanto o desenvolvimento da teoria quanto a criatividade dos pesquisadores, na medida em que se enfatiza menos a verificação ou comprovação e mais a descoberta. Por outro lado, a própria natureza das Representações Sociais, que se apresentariam, ora estáveis e ora voláteis, pediriam esta plasticidade conceitual e o uso de metodologias variadas e não previamente amarradas a um *corpus* teórico. Para Alves-Mazzotti (2008), a ausência de uma metodologia “canônica” possibilitou uma variedade de abordagens nos estudos das representações sociais, realizados nas mais diferentes áreas com suas respectivas tradições de pesquisa, mas, a despeito desta variedade, deve-se manter em mente as questões que esta linha de investigação se propõe a responder, que seria a:

(...) dupla questão que está na base da teoria e que a distingue das outras abordagens da cognição social: como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação e como essa elaboração psicológica interfere no social. Isso quer dizer que estamos interessados em uma modalidade de pensamento social, quer sob seu aspecto constituído, isto é, como produto, quer sob o aspecto constituinte, o que supõe a análise dos processos que lhe deram origem: a objetivação e a ancoragem. (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 34)

Se dentro das ciências sociais a obra de Moscovici pode ser vinculada ao campo da sociologia do conhecimento ou da psicossociologia, isto não implica que a Teoria das Representações Sociais tem como escopo apenas o processo de produção do

conhecimento. A TRS se interessa também em analisar o impacto da produção de conhecimento nas práticas sociais e vice-versa, caracterizando o que o autor chamou de o “poder das ideias”, isto é, “*o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas*” (MOSCOVICI, 2007, p. 8). Ainda que existam numerosas abordagens dentro da ciência cognitiva que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento, Moscovici preocupou-se em somar à compreensão deste aspecto o entendimento de como o tripé grupos-atos-ideias se constitui, se relaciona e, simultaneamente, transforma a sociedade.

À medida que nosso interesse é estudar a interdisciplinaridade no contexto dos BIs não apenas como em sua dimensão teórica, mas, especialmente, como esta se insere no percurso entre política pública e prática pedagógica na perspectiva de integrantes do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC, a TRS nos traz um forte arcabouço teórico. Em outras palavras, buscamos acessar qual a Representação Social da interdisciplinaridade no universo estudado:

Os trabalhos baseados na teoria das RS buscam compreender os fenômenos sociais e a maneira como estes são captados, interpretados, visualizados e expressos no cotidiano pelos indivíduos ou grupos sociais. Nessa perspectiva, as RS possibilitam ao sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, a visão de suas atitudes, levando-o a acumular conflitos e a encontrar uma maneira de tornar familiar aquilo que lhe é desconhecido. (SILVA; SALES, 2000, p. 156)

Para fins deste trabalho, utilizamos a conceituação Representação Social apresentada por Denise Jodelet (2002, p. 22): “*as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*”. Na visão da autora, as representações sociais se constituem como uma forma de conhecimento de natureza prática que, orientadas à comunicação e à compreensão do contexto social, material e ideativo, socialmente elaboradas e compartilhadas, se manifestam como elementos cognitivos e afetivos. Seriam, assim, fenômenos sociais que precisam ser entendidos a partir das funções ideológicas e simbólicas a que servem, da realidade comum que constroem, das formas de comunicação onde circulam e que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, dependem para sua compreensão da contextualização de sua produção.

Como argumentam Lefevre e Lefevre:

“os sistemas simbólicos e, dentro deles, as Representações Sociais, não se dão no

vazio, já que, numa larga medida, são influenciados por condições relativas a seu contexto histórico e de infraestrutura”. Os autores também colocam que “entende-se como representação social, um conhecimento produzido socialmente, fora dos parâmetros estritos do conhecimento científico, e que aguarda estreita vinculação com a situação social na qual é desenvolvida” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 151). (grifos dos autores)

Em consonância com a noção durkheimiana de “representação coletiva” e das categorias de conhecimento, a Representação Social mistura, a um só tempo, o chamado pensamento primitivo, o senso comum e a ciência, já que qualquer uma dessas práticas mentais e sociais se constitui sempre como uma forma de representação, em função da qual se moveriam indivíduos e coletividades. Como teoria do conhecimento, a TRS busca reabilitar o senso comum como forma válida de saber, uma vez que como representação social este se constitui enquanto teia de significados capaz de criar efetivamente a realidade social. Para Mary Jane Spink, por estudar formas de conhecimento prático tal qual o senso comum, a TRS:

(...) já pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado, isto é, focalizam o saber que já transpôs o limiar epistemológico, sendo constituídas por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência. Em nítido contraste, as correntes que se debruçam sobre os saberes enquanto saberes, quer formalizados ou não, procuram superar a clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas específicas. (SPINK, 1993, p. 301)

Estas determinações sócio-históricas implicam também que, ao representarmos uma coisa ou uma noção, não estamos produzindo unicamente nossas próprias ideias e imagens, mas estamos criando e transmitindo um produto progressivamente elaborado em inúmeros locais, segundo dinâmicas variadas. Os ditos saberes comuns, comunitários ou coletivos, vão se constituindo ao longo do tempo o que leva ao assentamento de matrizes de ação, operação, afirmação e explicação da realidade. Conforme Sales, Souza & John (2007), a Teoria das Representações Sociais se situa, assim, na vertente construcionista social ou interacionista, que entende a produção de saberes como um resultado da socialização – é na inter-relação coletiva que a pessoa absorve parcelas significativas do conhecimento existente e em uso na sociedade. Chamamos de socialização primária quando este processo se dá através da família e de socialização secundária quando este se dá através de outras instituições, especialmente criadas para dar forma, reproduzir e sustentar o funcionamento da sociedade, a exemplo de escolas, grupos iniciáticos, profissões, etc.

A interdisciplinaridade, enquanto proposição, é acessada como parte da socialização

secundária já que está situada dentro do fazer científico. Ainda que, por sua natureza, a produção científica de conhecimento guarde especificidades frente ao tipo de saber prático que a TRS se propõe a tratar, todas as representações são partilhadas pelas pessoas, influenciando-as, de modo que as representações significam a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas (Moscovici, 2007). Assim, a interdisciplinaridade pode ser abordada enquanto representação social tanto no processo de familiarização de dado grupo com a mesma, quanto na transformação do discurso científico interdisciplinar em conhecimento geral. Moscovici explica que:

As representações que fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados. (Moscovici, 2007, p. 58)

Para o autor, a finalidade de todas as representações é tornar, via processo psíquico, comum e presente algo que é incomum e está distante. O não-familiar são as ideias ou as ações que nos perturbam, nos causam tensão, e os universos consensuais são ambientes cognitivos e afetivos familiares nos quais as pessoas querem permanecer, pois há um menor potencial conflitivo; nestes, tudo o que é dito ou feito busca confirmar as crenças e as interpretações já adquiridas. Ou seja, a disputa estabelecida em nosso universo entre o familiar e o não-familiar tende a ser resolvida em favor do primeiro. No entanto, o que nos é incomum, não-familiar, acaba por ser assimilado e pode modificar nossas crenças e, por conseguinte, nossos próprios arranjos conceituais. Segundo o autor, em geral, a dinâmica das relações é um processo de familiarização através do qual as pessoas, objetos e acontecimentos são compreendidos previamente. Neste processo de rerepresentar o novo, de transformação do não-familiar em familiar, o objeto distante/ausente entra em uma série de relacionamentos e de articulações com outros objetos que já se encontram no nosso universo consensual, dos quais, ao mesmo tempo em que absorve propriedades, lhes acrescenta as suas.

Como parte das funções cognitivas básicas, já que a representação se dá nas mais variadas formas de produção de conhecimento, tais processos de familiarização levam o sujeito, independentemente de seu arcabouço cultural ou nível de instrução formal, a, em alguma medida, inferir causalidade a partir de contiguidades temporais e espaciais; projetar

valores e intenções; ou se utilizar de lugares-comuns e de fórmulas consagradas na avaliação de objetos, ideias e eventos sociais, sem a preocupação de integrá-los a um todo sistematizado e coerente; uma vez que o chamado pensamento natural/senso comum - que se baseia inteiramente na representação social -, de certa forma, antecede o raciocínio, a sequência do pensamento, servindo em grande medida para demonstrar o que já estava previamente estabelecido, conforme explica Alves-Mazzotti (2008). A autora continua:

(...) a principal característica do pensamento natural é o que ele chama de “polifasia cognitiva” (...): a coexistência, no mesmo indivíduo, de modos de pensamento diversos, correspondentes a estágios de desenvolvimento cognitivo diversos, cada um deles, porém, respondendo a uma necessidade específica condicionada pelo tipo de situação e de interação social. Tal fato refletiria a atuação de dois sistemas cognitivos: o sistema operatório – responsável pelas associações, inclusões, discriminações, deduções – e um normativo – que controla, seleciona e reelabora o material produzido pelo primeiro, com base nas normas e nos valores do grupo. (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 26)

A diversidade, a dinâmica – como, por exemplo, os sistemas operatório e normativo – e a operacionalização do pensamento social são objeto da Teoria das Representações Sociais, que tem como pressuposto a existência de múltiplas formas de conhecer e de se comunicar, formas guiadas por objetivos diferentes e que são móveis. Conforme Angela Arruda (2002), Moscovici define duas destas formas, ‘a consensual e a científica’, cada uma gerando seu próprio universo:

- Universo consensual – (...) aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana. As Representações Sociais constroem-se mais freqüentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques. As sociedades – são representadas por grupos de iguais, todos podem falar com a mesma competência. A Representação Social é o senso comum, acessível a todos.
- Universo reificado (ou científico) – Se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. A sociedade é de especialistas onde há divisão de áreas de competência. Aqui é a Ciência que retrata a realidade independente de nossa consciência; estilo e estrutura fria e abstrata. (ARRUDA, 2002, p. 130)

Porosos, estes dois universos se comunicam. As Representações Sociais, pelo seu modo operação, contribuem para isto à medida que cumprem as funções da “*elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos*” (MOSCOVICI, 2012, p. 27) nos grupos sociais, independente da forma que seus universos de Representação se constituem. A partir dessas duas proposições de Moscovici, a literatura, a exemplo de Jodelet (2002), descreve os seguintes efeitos funcionais das Representações Sociais: *função de saber ou cognitiva*, as RS como um meio de familiarização com a novidade, contribuem para a compreensão e explicação da realidade e para que os sujeitos se

apropriem de conhecimentos, integrando-os, de modo assimilável e compreensível, em seu quadro referencial e tornando-os coerentes com o funcionamento cognitivo e valores aos quais o sujeito adere - são portanto condição necessária à comunicação social, já que definem um conjunto de referências comuns possibilitadoras da difusão, transmissão e troca social de saberes; *função identitária ou afetiva*, as RS servindo para a proteção, definição e legitimação de especificidade do grupo, situando os sujeitos e os grupos no campo social, salvaguardando as imagens positivas de determinada identidade social e tornando-as compatíveis com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados do grupo; *função social ou orientadora*, as RS constituindo-se como um guia para a ação, produzindo um sistema de antecipações, expectativas e orientando as condutas e as práticas dos sujeitos, prescrevendo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social; e *função justificadora*, as RS possibilitam, a *posteriori*, a manutenção e reforço das posições e comportamentos adotados, justificando as tomadas de posição e ações de diferenciação social assumidas por grupos ou sujeitos. Elas intervêm, também, como um aval a uma ação, permitindo assim aos sujeitos explicarem e justificarem suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes, e, portanto, podem ser utilizadas para estereotipar as relações entre sujeitos e grupos, bem como contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre estes.

Moscovici (2007) destaca que as Representações Sociais, em termos de sua dinâmica operativa na assimilação do não-familiar, se constituem por meio de dois processos básicos, a saber: a *ancoragem* e a *objetivação*.

A 'ancoragem' designa a maneira através da qual procuramos classificar, encontrar um lugar e dar nome a alguma coisa não-familiar, referindo-se assim ao assentamento do que nos é estranho no pensamento já constituído; ela põe em ação os mecanismos de categorização, de etiquetagem e de explicação causal. Pela nossa dificuldade em apropriar a novidade e o diferente estes são percebidos como 'ameaçadores'. Para o autor, através da classificação do que antes era inclassificável, da nomeação do que não tinha nome, somos capazes de imaginar e de representar o desconhecido; e a partir do momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e comunicá-lo, mesmo que vagamente, é porque passamos a representar o não-usual em nosso universo consensual, reproduzi-lo como uma aproximação ou réplica de um modelo familiar. Ou seja, ancoramos o que nos é estranho em representações já existentes: um processo de domesticação do elemento novo sob a pressão dos valores do grupo, transformando-o em um saber capaz de influenciar,

adquirindo, portanto, *status* instrumental, pois penetrou numa camada social e se constituiu ali num meio capaz de influenciar os outros. Neste sentido, mais que um processo cognitivo de ordem puramente subjetiva, intraindividual, a ancoragem se dá na realidade social vivida, estabelecendo-se, de acordo com Fernandes *et al* (2008):

(..) como a constituição de uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais, diz respeito à integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento preexistente e nas transformações que ocorrem, em um e outro. (FERNANDES *et al*, 2008, p. 5)

O outro processo básico de constituição das Representações Sociais descrito por Moscovici (2007) é a ‘objetivação’, entendida como uma operação imaginante e estruturante que, através da passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas, dá uma “forma” ou figura específica ao conhecimento sobre determinado objeto, tornando quase tangível o conceito abstrato. Assim, objetivar é dar corpo e imagem ao pensamento ou conceito, uma operação formadora de imagens que, pela generalidade de seu emprego, se transformam em “*supostos reflexos do real*” (MOSCOVICI, 2007, p. 289). Spink (1993), elucida as três etapas da objetivação da seguinte maneira:

Primeiramente, a descontextualização da informação através de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade. (SPINK, 1993, p. 306)

A descrição dos processos de ancoragem (o como se estrutura o conhecimento do objeto) e objetivação (o como se dá sentido ao objeto que se apresenta à nossa compreensão) por Moscovici nos fornecem uma importante contribuição no sentido de compreender a maneira pela qual o funcionamento do sistema cognitivo interfere no social e como, em contrapartida, o social interfere na elaboração cognitiva.

Para Alves-mazzotti (2008) os apontamentos de Moscovici possibilitaram a superação de uma visão dos grupos como entidades estáticas, ligados a conceitos de opinião, atitude e imagem que desconsideravam o papel das inter-relações entre as pessoas, e, portanto, meros selecionadores e utilizadores de informações que já circulavam na sociedade e não instâncias capazes de criar e comunicar. Deste modo, as Representações Sociais não se resumem a “imagens de”, “opiniões e impressões sobre”, mas seriam antes construções teóricas coletivas sobre o real - derivadas de contextos, intenções, critérios e propensões dos sujeitos e seus grupos -, sistemas que possuem lógica e linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em aspectos

cognitivos e afetivos (conceitos e valores), capazes de determinar “o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI (2007, p. 51). Assim, para o autor, a representação não seria uma instância intermediária, uma mediação com propriedades mistas entre o conceito – predominantemente intelectual – e a percepção – predominantemente sensorial, mas sim um processo capaz de tornar, em alguma medida, conceito e percepções intercambiáveis, já que estes se engendram mutuamente. Isto implica em uma estrutura de dupla face das Representações Sociais, conforme explana Alves-Mazzotti (2008):

(...) a representação tem, em sua estrutura, duas faces tão pouco dissociáveis como as de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Isso significa que a cada figura corresponde um sentido e a cada sentido uma figura. Os processos envolvidos na atividade representativa têm por função destacar uma figura e, ao mesmo tempo, atribuir-lhe um sentido, integrando-o ao nosso universo. Mas têm, sobretudo, a função de duplicar um sentido por uma figura e, portanto, objetivar, e uma figura por um sentido, logo, consolidar os materiais que entram na composição de determinada representação. (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 24)

É importante notar, como argumenta Arruda (2002), que as representações sociais não são informadas apenas pelo objeto que representam, mas também a partir do sujeito ou grupo que as constroem. Estas, enquanto construções sociais, são selecionadas, ampliadas, compartilhadas e consensuadas por meio da linguagem, revelando, via discurso público, os fenômenos sociais que emergem do cotidiano, e através dos quais os sentidos são produzidos e reconhecidos. Assim, a produção de saberes próprios de um grupo social, que os caracteriza e os identifica, não se constitui apenas com o uso da cognição, mas envolve outras dimensões como sentidos e emoções produzidas no mundo vivido; como produto da atividade representativa, as RS construídas psicossocialmente são carregadas de ideologias que refletem as dinâmicas e contextos de um dado grupo. É neste sentido que Sales *et al* (2007) afirmam que:

A ancoragem tem relação com os conhecimentos que dão sustentação científica, filosófica, etc. a um dado discurso e objetivação é a própria expressão de um conteúdo ou conhecimento em dado discurso que representa o pensamento de determinado grupo social. (SALES *et al*, 2007, p. 129)

Enquanto dinâmica psicossocial de construção de um universo consensual de saberes práticos do dito senso comum, as Representações Sociais buscam sustentação em conhecimentos de ordem científica. Segundo Moscovici (2007), ainda que existam diferenças consideráveis entre os modelos científicos e os não-científicos pode haver deslocamento de sentido de um modelo ao outro. Para o autor, é nesse deslocamento que,

quando comparadas ao saber produzido pela ciência, as representações sociais aparecem como saber ingênuo ou saber do senso comum, ainda que sejam tão relevantes para a realidade social quanto o primeiro. Conforme Florence Giust-Desprairies (2005):

A representação é em primeiro lugar considerada como passagem de uma teoria científica para um conhecimento do senso comum. As representações sociais dizem igualmente respeito à construção de uma realidade colectiva própria a um grupo social determinado para o qual ela se constitui como instrumento de orientação da percepção das situações e de elaboração de respostas. Por fim, porque elas se formam a partir das interacções, as representações dizem respeito às condutas colectivas, às comunicações sociais, e constituem uma legitimação do senso comum. (Giust-Desprairies, 2005, p. 174)

Nos caberia perguntar se grupos que se constituem ao redor de fazeres científicos mantém algum nível de operação via Representações Sociais, já que, como argumenta Moscovici (2007), estas destacam conteúdos, processos e funções de fenômenos cognitivos que constituem o pensamento social como um todo. Ou, colocando de outro modo, até que medida as Representações Sociais são operativos utilizados em espaços de produção científica para a coesão e reprodução de grupos? No sentido de abordar a Representação Social da interdisciplinaridade no contexto dos BI da UFBA nos debruçamos sobre os discursos produzidos em seu contexto.

Discurso do sujeito coletivo

Conforme defendem Lefevre & Lefevre (2014), as Representações Sociais, enquanto conhecimento do senso comum, estão sempre presentes em opiniões, manifestações, posicionamentos ou postura de um sujeito em sua vida cotidiana. Para Figueiredo *et al* (2013), na qualidade de esquemas sociocognitivos utilizados pelas pessoas para emitirem no dia-a-dia juízos e opiniões, as Representações Sociais são acessíveis através de depoimentos individuais. Moscovici, prefaciando Guareschi & Jovchelovitch (1997), destaca a importância do discurso como elemento central na apreensão das Representações Sociais: *os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós os sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum* (MOSCOVICI in GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1997, p. 9)

Aqui entendemos discurso não apenas como a articulação subjetiva e gramaticalmente arranjada de conteúdo a serem enunciados. Na perspectiva que adotamos

o discurso é geralmente superior à frase; orientado por se envolver no tempo e visar um fim; interativo, principalmente na conversação; contextualizado; regido por normas sociais como todo comportamento social; assumido em um interdiscurso, adquirindo sentido apenas no interior de um universo de outros discursos. (TAYLOR & ROBICHAUD apud OLIVEIRA et al, 2013, p. 6)

Como argumentam Gondim & Ficher (2009), ainda que o discurso não possa prescindir do *significado*, já que sem a partilha de códigos verbais e não verbais não existiria comunicação, o discurso não obedece somente às regras de estruturação do pensamento e da linguagem individual. Enquanto construção de *sentido*, o discurso se “*encontra na exterioridade da língua, ou seja, no social. Todavia, o discurso não pode prescindir da linguagem, visto ser ela que lhe dá materialidade. É nesta intersecção que as relações imbricadas entre significado e sentido se fazem notar.*” (GONDIM & FICHER, 2009, p. 10). Assim, as regras lógicas e gramaticais que compõem e operam um discurso (significado) só se tornam significativas se houver compartilhamento da mesma convenção linguística, nascida em universo conceitual comum (sentido) – o discurso expressa um pensamento compartilhado que se constitui a partir da localização que a pessoa ocupa no contexto coletivo. As autoras continuam:

Em síntese, se a análise de discurso é a análise da fala em contexto, ela ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto. A história, o contexto e a posição social concorrem para as produções discursivas. O enunciador do discurso, portanto, não é somente um sujeito empírico, um sujeito da experiência e da existência individualizada no mundo, mas sim um sujeito discursivo, cuja história pessoal se insere na história social, ideologicamente marcada. Tal sujeito é atravessado pela polifonia e a heterogeneidade que o constituem, vez que participa de diversas produções discursivas que se entrecruzam. (GONDIM & FICHER, 2009, p. 13)

Os pensamentos se constituem de forma discursiva, conforme Lefevre & Lefevre, portanto é “*necessário estimular que as pessoas falem, discurssem sobre o tema, o que permite captar um material rico, vivo, capaz de fornecer dados importantes que reconstruam o pensamento coletivo*” (2012, p. 115). Assim, considerando o papel relevante do discurso dentro da Teoria das Representações Sociais e a natureza do problema em tela na pesquisa que empreendemos, optamos pela adoção da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, por entendermos que esta possibilita apresentarmos, com maior fidedignidade, o que pensam e quais significados são atribuídos por determinados atores sociais e suas comunidades de sentido.

Desenvolvido no fim dos anos de 1990 por Lefevre & Lefevre (2012) a partir da TRS, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) visa realizar pesquisas sociais de enfoque quali-quantitativo, filiando-se às vertentes de pensamento contemporâneo que tomam como

valor “o múltiplo, o complexo, o diferente, mas considerando, com o mesmo grau de importância, que esse múltiplo e complexo convive em tensão dialética com o semelhante, com o uno, o simples” (Lefèvre & Lefèvre, 2012, p. 28). Constitui-se como uma técnica de pesquisa de base empírica que toma como “objeto o pensamento de coletividades que permite iluminar o campo social pesquisado, resgatando nele o universo das diferenças e semelhanças entre as visões dos atores sociais ou sujeitos coletivos que o habitam” (idem, 2012, p. 27) e cujo objetivo é possibilitar ao pesquisador recuperar e descrever empiricamente o que as coletividades produzem enquanto Representações Sociais. Neste sentido:

A aplicação do método DSC possibilita estudar a representação de coletividades por meio do conhecimento do sentido comum utilizado nas interações e comunicações cotidianas (Moscovici, 2012b). Aplicado às ciências sociais em geral, é utilizado para conhecer e descrever opiniões e representações de caráter descritivo, preventivo e avaliativo, possibilitando, por exemplo, promover e/ou reestruturar ações e programas educativos, campanhas de saúde, avaliar serviços privados ou programas políticos governamentais. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 91)

O DSC é uma modalidade de organização, tabulação e apresentação de dados qualitativos de natureza verbal, que tem depoimentos como matéria-prima. Estes são confeccionados sistematicamente na forma de um ou vários discursos-síntese, escritos na primeira pessoa, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso. Segundo Lefevre (et al, 2003), as pesquisas de opinião de corte puramente quantitativo, que pedem que o pesquisado opte por alternativas apresentadas sob a forma de adjetivos valorativos como: excelente, bom, regular, péssimo etc., são insuficientes com vistas a fornecer informações qualificadas sobre a temática, correndo-se o risco tanto de vacuidade das respostas como de grave imprecisão, já que, continuam os autores:

os adjetivos em questão correspondem conteúdos individuais que podem diferir grandemente entre si pois nada garante que o indivíduo “a” opte pela alternativa “excelente” pelas mesmas razões que o indivíduo “b”.

Para corrigir ou minimizar este tipo de problema optou-se por utilizar uma outra estratégia de avaliação, de corte qualitativo, solicitando-se do entrevistado não uma resposta a uma questão fechada que contenha alternativas valorativas, mas uma resposta a uma questão aberta que possibilite justamente uma descrição detalhada da sua experiência. (LEFEVRE et al, 2003, p. 70)

Assim, para a abordagem do DSC conforme proposta por Lefevre & Lefevre, o processo de atribuir sentido como ator social envolve, entre outras coisas, questões da ordem do afeto, da conduta, do comportamento, da cognição, dos valores. Através de perguntas como: “o que pensa o indivíduo sobre o problema, o que acha de, qual a sua

opinião sobre, como vê tal problema, como o representa, como o percebe, como o define, como o vive, como o avalia, como o sente, como se posiciona diante dele etc.” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 35), que os atores sociais comunicam em relação ao tema pesquisado. As respostas a esse tipo de perguntas, elaboradas em forma de depoimento, configuram a dimensão qualitativa da pesquisa, ou seja, os elementos discursivos são tratados como dados qualitativos. A maneira como a técnica do DSC permite a tabulação e organização destes dados, “*resolve um dos grandes impasses da pesquisa qualitativa na medida em que permite, através de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades*” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003, p. 02). Por outro lado, o compartilhamento social dessas opiniões requisita uma abordagem quantitativa para que os dados qualitativos possam ser representados. Os autores entendem que o DSC apresenta uma solução radical a esta aparente oposição entre qualitativo e quantitativo porque através da técnica:

é possível saber, com segurança, riqueza de detalhes, rigor e confiabilidade, o que pensam as coletividades sobre todo tipo de problemas que lhes afetam e, ao mesmo tempo, aferir o grau de compartilhamento de cada uma das opiniões circundantes, ou seja, saber como tais pensamentos se distribuem entre as diversas classes sociais, gêneros, idades, níveis de renda etc. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 13)

Com isto, argumentam eles, delinea-se a vocação do DSC em ser um método qualiquantitativo: à medida em que qualifica uma ideia também analisa seus índices de distribuição entre os indivíduos pesquisados, sendo que, para isto, é necessário garantir a presença na pesquisa da população ou de amostra desta. Lefevre & Lefevre assinalam que, no tocante a pesquisas acerca da atribuição de sentido por atores sociais:

os “qualitativos” e os “quantitativos” deixem de sê-lo ou deixem de trabalhar e desenvolver técnicas e metodologias específicas.
O que defendemos é que essas duas dimensões podem e devem apontar para uma terceira, a sua fusão, o que vai exigir, por certo, equipes de pesquisa multiprofissionais e mentes abertas para a interdisciplinaridade. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 26)

De acordo com Lefevre & Lefevre (2006; 2012), a proposta metodológica do Discurso do Sujeito Coletivo, cuja técnica está intimamente associada aos programas de computador *Qualiquantisoft* e *DSCsoft*, consiste basicamente em analisar os depoimentos obtidos em pesquisas empíricas de opinião por meio de questionários abertos ou semiabertos, elencando e articulando uma série de operações sobre esta matéria-prima, coletada de modo que ao final do processo estas se configurem:

em depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes depoimentos individuais – cada um desses depoimentos coletivos veiculando uma determinada e

distinta opinião ou posicionamento, sendo tais depoimentos redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir, no receptor, o efeito de uma opinião coletiva, expressando-se, diretamente, como fato empírico, pela “boca” de um único sujeito de discurso. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2006, p. 517)

Enquanto metodologia, o Discurso do Sujeito Coletivo se estrutura a partir de quatro operadores, designados como Expressões Chave (ECH), Ideias Centrais (ICS), Ancoragens (ACS) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), propriamente dito. De posse dos depoimentos, busca-se identificar as *Expressões Chave* – segmentos contínuos ou descontínuos de transcrições literais de cada depoimento (geralmente de cada resposta a uma pergunta de questionário) que são destacados pelo pesquisador por constituírem os principais conteúdos das respostas, suas representações subjacentes, sempre em conformidade com a cultura e singularidade de cada sujeito. Lefevre & Lefevre (2012, p. 77) destacam que as ECHs são “*basicamente concretas, expressivas, descritivas, abundantes, afetivas, literárias*”, estão relacionadas ao “como foi dito” o depoimento. Conforme Sales *et al* (2007), estas

representam uma etapa em que se busca o resgate da literalidade do depoimento. Está associada à extração das idéias-centrais de um discurso. Para Lefevre e Lefevre (2003), são uma espécie de prova discursivo-empírica da verdade das idéias centrais e das ancoragens e vice-versa. (SALES *et al*, 2007, pp. 132-3)

Posteriormente à identificação das ECH, associa-se a estas uma descrição sucinta de seus sentidos, etapa que corresponde à elaboração das *Ideias Centrais* - fórmulas sintéticas que, de modo mais fidedigno e preciso possível, identificam por nome ou expressão linguística o sentido contido nas ECHs selecionadas, revelando e descrevendo o tema do depoimento. As IC não são meras interpretações do pesquisador e, sim, descrições literais ou temáticas do núcleo de sentido presente nas respostas. Lefevre & Lefevre (2012, p. 77) indicam que as ICs, em contraste com as ECHs, são “*abstratas, conceituais, sintéticas, frias e poucas*”, são “*o que o entrevistado quis dizer (ou o quê, sobre o quê)*”.

É importante ressaltar que as Expressões Chave que manifestam de maneira explícita a adesão do sujeito a uma ideia grupal, em geral expressas como uma afirmação genérica (se baseia em termos como “toda”, “qualquer”, “sempre”, “nunca”, “mulher que é mulher”, “um brasileiro de verdade...” etc.), elas não remetem apenas a uma IC e são, antes, classificadas segundo a figura metodológica das *Ancoragens* - expressão de uma dada teoria ou ideologia presente nas respostas individuais, marcada concreta e explicitamente como um pensamento generalizado, mas embutida no discurso como se fosse uma afirmação qualquer. Uma das regras estabelecidas para as Ancoragens por Lefevre &

Lefevre (2012, p. 78) é “quando o enunciador do discurso usa uma afirmação genérica para enquadrar uma situação particular”. Sales *et al* (2007, p. 132) destacam que o sentido de Ancoragem dentro do DSC é similar à noção dada por Moscovici na TRS, entendida como uma “manifestação lingüística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para enquadrar uma situação específica”. Importante notar é que nem sempre as ancoragens encontram-se presentes nos discursos analisados.

Após classificar as ICs e/ou as ACSs, passamos a agrupar os trechos de depoimento com sentido semelhante ou complementar em categorias de ICS e ou ACS, que são identificadas por um código (por exemplo, letras) e por uma expressão linguística (nome ou frase) que sintetize seu sentido. Note-se que em cada trecho de depoimento destacado, ECH, é possível encontrar uma ou mais de uma Ideia Central ou Ancoragem, em caso de mais de uma IC ou ACS, estas devem ser reagrupada em discursos distintos.

Por fim, reunimos as ECHs extraídas dos depoimentos e categorizadas em ICs e/ou ACSs de sentido semelhantes em um discurso-síntese, e compondo assim os chamados *Discursos do Sujeito Coletivo*, um para cada categoria de IC/ACS identificadas pelo pesquisador e, assim, expressivamente, indicar o pensamento de uma coletividade sobre o campo pesquisado por meio da “soma qualitativa” de depoimentos individuais que representa o conjunto nuclear dos discursos.

Dessa forma, o processo resulta em depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes opiniões individuais. Isso não implica que cada sujeito, individualmente, manifesta a mesma ideia ou expressão, beirando a homogeneidade, mas que enquanto conjunto tal discurso é representativo do pensamento grupal. Mas, como alertam Sales *et al* (2007), esta composição do DSC não pode ser realizada de uma maneira aleatória. Assim como a seleção, a costura entre trechos dos depoimentos deve ser sistematizada a partir de princípios tais como:

Coerência, isto é, o discurso como um todo deve apresentar coerência e fazer sentido; *Posicionamento próprio*, ou seja, uma posição específica diante do tema pesquisado; *Distinção entre os DSCs*, isto é, no caso das respostas produzirem mais de um DSC deve levar em conta diferença e/ou antagonismo presente e complementaridade possível entre eles; *Artificialidade natural*, ou seja, é como se uma pessoa só falasse por um conjunto de pessoas. (SALES *et al*, 2007, pp. 20-21)

Os operadores metodológicos do Discurso do Sujeito Coletivo foram assim resumidos por Oliveira *et al* (2013, p. 22) como: a) ECH, Trechos selecionados do material verbal de cada depoimento, que melhor descrevem seu conteúdo; b) IC, Fórmulas artificiais

que descrevem os sentidos presentes nos depoimentos de cada resposta e nos conjuntos de respostas de diferentes indivíduos, que apresentam sentido semelhante ou complementar; c) AC, Fórmulas sintéticas que descrevem as ideologias explícitas no material verbal das respostas individuais ou das agrupadas; d) Reunião das E-Ch presentes nos depoimentos, que têm IC e/ou AC de sentido semelhante ou complementar, escrito na primeira pessoa do singular para representar o pensamento de uma coletividade.

Além dos operadores, Lefevre & Lefevre (2012) apresentam dois atributos quantitativos do DSC, a saber: *Intensidade* e *Amplitude*. O primeiro refere-se à percentagem de pessoas que “*contribuíram com suas expressões-chave relativas às Ideias Centrais ou Ancoragens semelhantes ou complementares, para a confecção de um dado Discurso do Sujeito Coletivo*” (Lefevre & Lefevre, 2012, p. 82), possibilitando ao pesquisador conhecer, no campo da pesquisa, o grau de compartilhamento das RS entre a população selecionada. Já o segundo, à “*medida da presença de uma ideia ou representação social considerando o campo ou universo pesquisado, revela ao pesquisador o grau de espalhamento ou difusão de uma ideia no campo pesquisado*” (Lefevre & Lefevre, 2012, p. 83).

Como produto, a técnica do DSC viabiliza um painel de opiniões coletivas no qual temas específicos adquirem diferentes opiniões e matizes na medida em que são abordados por atores sociais distintos e onde resultados qualitativos (os discursos) e quantitativos (índices de intensidade e amplitude) podem se articular, possibilitando um tratamento adequado das Representações Sociais enquanto objeto de estudo, com todas as suas especificidades. Lefevre & Lefevre (2014) argumentam que as RS estão sempre presentes nas opiniões e posicionamentos cotidianos, de modo que é sempre possível agrupar e reconstituir, em grandes categorias de sentido, depoimentos ou outras manifestações de pensamentos individuais. Categorias estas que:

são esquemas sócio cognitivos, ou seja, modos socialmente compartilhados de conhecer, ou representar e interagir com o mundo e a vida cotidiana, presentes nos atores sociais de uma dada formação social e que revelam consciência possível de tais atores em determinado momento histórico (...).

Assim, metodologicamente, as RSs podem ser entendidas como sínteses próximas da empiria, reconhecíveis, sem dificuldades maiores, pelo senso comum como “coisas suas”, como conhecimentos familiares. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2014, p. 503)

Buscamos descrever em nossa próxima seção a construção dos DSCs como uma forma de potencializar o papel das RS enquanto sínteses próximas da empiria, detalhando o passo-a-passo metodológico e os critérios que utilizamos para estabelecê-lo, assim como uma breve amostra de nossos resultados.

Percurso da pesquisa e uma breve demonstração dos resultados obtidos

Como parte dos procedimentos metodológicos, estabelecemos um roteiro para coleta e um plano de análise com o objetivo de orientar o percurso da pesquisa. Nosso objetivo nesta seção, a partir do método que optamos, é fornecer um descritivo dos processos e critérios de seleção do campo e dos depoentes, da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta, bem como exemplos da análise e interpretação das informações levantadas.

A escolha da metodologia das Representações Sociais, amparada na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, se deu a partir de nosso anseio por estudar a interdisciplinaridade no seu trânsito entre a política pública e a prática pedagógica, não exclusivamente como teoria, mas, especialmente, no seu papel enquanto Representação Social e elemento de identidade grupal, seja enquanto fazer científico ou “*transformação vulgarizada de grandes teorias*”. Tal fato nos motivou a trabalhar com a Teoria das Representações Sociais a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, dada a sua capacidade de tratar dos conhecimentos utilizados pelos indivíduos e grupos sociais nas suas interações cotidianas e produzir, como dissemos anteriormente, um *corpus* mais próximo da empiria.

O universo da pesquisa se constituiu nos Bacharelados Interdisciplinares de uma das unidades de ensino da IES pesquisada. Optamos por restringir o contexto empírico a quatro cursos programados com o formato interdisciplinar, porque além de apresentarem um novo modelo de arquitetura institucional e curricular relacionada ao REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), sua expressão numérica é considerável dentro do contexto da instituição pesquisada. Conforme dados disponibilizados pela Diretoria da unidade de ensino referentes ao semestre 2016.1, tal unidade é composta por 29 (vinte e nove) servidores e servidoras técnico-administrativos(as), 58 (cinquenta e oito) docentes efetivos(as) – o banco de vagas da unidade de ensino é de 69 (sessenta e nove), mas 11 (onze) estavam em fase de concurso para seleção docente no período da coleta dos dados -, 06 (seis) substitutos e 4251 (quatro mil, duzentos e cinquenta e um) estudantes.

Parte de nosso desafio foi estabelecer critérios que, diante de um contingente tão elevado, fossem capazes de constituir uma amostra significativa qualitativamente. Para tanto, nosso enfoque foi a relação de sentido que se estabelece entre o problema investigado e a escolha dos participantes, de modo que a seleção dos depoentes

considerou não apenas a quantidade, mas também a variabilidade e a qualidade dos mesmos, já que, conforme Lefevre & Lefevre, a escuta por diferentes ângulos é capaz de tornar uma amostra representativa “*não pela quantidade dos entrevistados, mas pela sua variabilidade na composição do tecido social*” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p. 116). Buscamos assim realizar um levantamento cuidadoso da relação entre sujeitos, suas especificidades e o nosso de problema de pesquisa.

Diante disso, escolhemos – a partir da posição que os sujeitos ocupam no campo pesquisado - quais e quantos sujeitos seriam necessários para configurar o campo social de modo que pudessem reconstituir minimamente a polifonia existente em determinado tempo e espaço de estudo. Para que esta reconstrução da multiplicidade de discursos existentes no universo pesquisado pudesse ser potencializada, nossa pesquisa enfocou pessoas que pelo seu envolvimento prático no contexto pesquisado estivessem aptas a emitir julgamentos, posicionar e argumentar sobre a temática e a dar opiniões com riqueza de detalhes, de modo a constituírem depoimentos interessantes e ilustrativos o suficiente para compor e reconstruir o Discurso do Sujeito Coletivo.

Portanto, optamos por garantir a presença dos três segmentos – docentes, discentes e técnicos -, enfocando aquelas e aqueles do corpo funcional com ligações com a gestão e, dentre estudantes, pessoas com pelo menos 04 (quatro) semestres de vivência nos cursos, preferencialmente que tivessem tido contato com processos de gestão institucional e/ou estudantil. No intuito de garantir a representatividade dos 04 (quatro) cursos, mas sem perder a profundidade da entrevista, decidimos por entrevistar 02 (dois) estudantes de cada curso, totalizando 08 (oito) estudantes. Utilizamos esta margem de referência na hora de selecionar docentes e técnicos-administrativos em contato com a gestão, que com a inclusão em cada um dos dois grupos de 01 (um) depoente formalmente desligado de suas funções, mas fortemente indicado pelos outros entrevistados devido a seus acúmulos sobre a temática, chegamos ao número de 09 (nove) gestores e 09 (nove) servidores técnico-administrativos.

Os 26 (vinte e seis) depoentes se dividem em três grupos quanto a sua relação com os cursos: 08 (oito) discentes que lá estudam ou estudaram, 09 (nove) docentes que exercem ou exerceram cargos de gestão nos mesmos e 09 (nove) integrantes do corpo técnico-administrativo que trabalham ou trabalharam diretamente em setores ligados à gestão e planejamento acadêmico. Todas e todos colaboraram de forma voluntária para pesquisa. Enquanto pesquisa de caráter descritivo e exploratório, nosso estudo não pretendeu generalizar os resultados, mas, antes, aprofundar conhecimentos acerca da

temática problematizada.

Para o levantamento de informações realizamos entrevistas semiestruturadas, baseadas em um questionário com perguntas abertas, de modo a potencializar a emergência de depoimentos, discursos e narrativas capazes de refletir atitudes, comportamentos, interações e pensamentos dos depoentes no contexto dos cursos no que se refere à interdisciplinaridade, a fim de que pudéssemos compreender suas Representações Sociais. A partir do que preconiza Lefevre e Lefevre (2012) sobre a construção técnica e criativa de instrumentos de pesquisa, buscamos elaborar um questionário considerando o perfil dos depoentes e a natureza do tema pesquisado, capaz de obter respostas mais autênticas e através do qual os depoentes pudessem constituir um rico material discursivo, amplo o suficiente para amparar os objetivos da investigação, elemento necessário ao método do DSC e consonante com fundamentos da pesquisa qualitativa. Os instrumentos foram elaborados em três versões similares: uma para docentes em papel de gestão, outra para discentes e uma terceira para servidores técnico-administrativos.

Para a realização das entrevistas elaboramos um roteiro e um protocolo, entramos em contato com os potenciais depoentes e marcamos encontros presenciais. Todas as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, geralmente sozinho, sendo 04 (quatro) delas acompanhadas também por bolsistas. A maioria foi conduzida na instituição, em espaços reservados, sendo que apenas duas delas foram realizadas fora da universidade, devido à solicitação dos entrevistados. Todas foram, com a permissão dos depoentes via termo de consentimento circunstanciado e esclarecido.

Buscamos conduzir as entrevistas de maneira a deixar o informante confortável, seguindo o protocolo e roteiro de entrevista pré-estabelecidos, e registrando os depoimentos através de apontamentos e um gravador digital. Para facilitar o processo de análise e identificação, durante toda a realização das entrevistas, bem como na transcrição, os depoentes foram referenciados pelo nome, que foram então substituídos por uma numeração de 00 a 08, distribuída aleatoriamente entre os três tipos de depoentes quando alimentamos o programa *DSCsoft*¹. Os DSCs sofreram também pequenos ajustes, como omissões de nomes e expressões, de modo a preservar as identidades dos informantes.

Para o tratamento dos depoimentos e consequente tabulação dos dados foi utilizado o *DSCsoft*, programa especialmente desenvolvido para dar suporte à técnica do Discurso

¹ A versão de avaliação do programa pode ser encontrada no endereço: <http://www.tolteca.com.br/DSCsoft.aspx>

do Sujeito Coletivo, agilizando as tarefas mecânicas da pesquisa, tais como: cadastros (dados e bancos de dados de entrevistados, pesquisas, perguntas, grupos etc.), análises (quadros e processos que permitem a realização de todas as tarefas necessárias à construção dos DSCs), ferramentas (exportação e importação de dados e resultados de pesquisa), relatórios (organiza os resultados de pesquisa). Foram seguidos, na ordem, os seguintes passos metodológicos conforme recomendados por Lefevre & Lefevre (2012, p. 89-90) para a construção dos DSCs: a) Ler algumas vezes o conjunto das respostas a uma questão, ou artigo de jornal, ou a matéria da revista etc.; b) Ler cada resposta em particular, identificando as Expressões Chave (ECH); c) Identificar a ou as Ideias Centrais (IC) de cada resposta, artigo etc.; d) Analisar todas as Ideias Centrais/Ancoragens (AC), buscando agrupar as semelhantes em conjuntos homogêneos ou categorias; e) Nomear as Categorias do conjunto homogêneo; f) Construir o ou os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) de cada Categoria obtida na etapa <e>; g) Para construir um DSC é preciso “discursivar” ou sequenciar as ECH, obedecendo a uma esquematização clássica do tipo: começo, meio e fim ou do mais geral para o menos geral e mais particular

Constituiu o *corpus* da pesquisa o produto discursivo coletado em entrevistas semiestruturadas com 26 (vinte e seis) informantes, compondo aproximadamente 27 (vinte e sete) horas de depoimentos gravados que, após processados, foram analisados de acordo com a metodologia previamente aludida.

Procedemos as interpretações dos depoimentos extraídos das entrevistas por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, utilizando o *DSCsoft* para desenvolver, para cada pergunta, o processo de análise de primeiro (IAD1) e de segundo nível (IAD2). A partir destas, confeccionamos os DSCs para cada pergunta.

Demonstração da interpretação e análise

Nosso estudo trabalhou 05 (cinco) perguntas, a saber: Qual o seu entendimento sobre interdisciplinaridade?; Quais são os elementos necessários para o desenvolvimento da interdisciplinaridade?; Como se dá a prática interdisciplinar no IHAC e qual estrutura é fornecida para a mesma?; Como você vê o papel do REUNI na reestruturação da arquitetura curricular da UFBA e se esta seria possível sem o REUNI?; e, Qual sua impressão sobre a adesão à interdisciplinaridade na UFBA?. A partir das mesmas foram desenvolvidas, de maneira indutiva, categorias com seus respectivos 34 DSCs baseados em 131 (cento e trinta e um) excertos selecionados do corpus da pesquisa. Devido ao

volume textual que a transcrição dos DSCs gera, bem como à limitação de espaço, optamos por apresentar neste artigo apenas uma das perguntas analisadas - “Qual o seu entendimento sobre interdisciplinaridade?”.

Operacionalmente, procedemos a transcrição completa das entrevistas, alimentamos o programa DSCsoft com as perguntas e suas respectivas respostas por depoente, devidamente renomeados para evitar identificação. Lemos então todo conjunto das respostas e, após, realizamos uma releitura buscando identificar as ECH expressas nas falas. Trazemos como exemplo uma das falas apresentadas pelo Técnico 00, que entende a interdisciplinaridade como:

Uma troca de conhecimentos entre áreas aparentemente - ou tradicionalmente - separadas, definidas de uma forma separada... e a meu ver a interdisciplinaridade vem um pouco pra desconstruir isso ai e tentar erguer novas pontes, novas possibilidades de construção de conhecimento, a partir da relação de áreas que tradicionalmente têm sido isoladas.

A Expressão Chave destacada no trecho acima foi “*uma troca de conhecimentos entre áreas aparentemente - ou tradicionalmente - separadas*”, da qual extraímos a Idéia Central “*Interdisciplinaridade enquanto troca e relação entre áreas tradicionalmente separadas*”. Por fim, constituímos via este processo indutivo a Categoria A deste DSC, que associa a interdisciplinaridade a “*Interação disciplinar*”. Repetimos o procedimento quantas vezes se fizeram necessárias, categorizando os depoimentos, para por fim gerar um DSC em resposta a cada uma das categorias da pergunta em tela.

A questão investigada foi proposta com o objetivo conhecer o pensamento conceitual predominante e as principais definições atribuídas à interdisciplinaridade pelos informantes. As respostas a ela geraram 36 (trinta e seis) Ideias Centrais que foram classificadas em 08 (oito) diferentes categorias, conforme descrito na tabela abaixo:

FREQUÊNCIA RELATIVA (DEPOENTES, %)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS, %)	(n)	
Usos e Sentidos da Interdisciplinaridade			
Qual o seu entendimento sobre interdisciplinaridade?			
38.46	27.78	10	A - Interação disciplinar
11.54	8.33	3	B - Interligação com a complexidade
11.54	8.33	3	C - Paradigma emergente
15.38	11.11	4	D - Formação abrangente
19.23	13.89	5	E - Indefinição conceitual
19.23	13.89	5	F - Transversalidade ou interseção temática
11.54	8.33	3	G - Operador pedagógico
11.54	8.33	3	H - Trânsito do sujeito entre áreas do conhecimento
		36	TOTAL DE IDEIAS
		26	TOTAL DE ENTREVISTADOS

Tabela 1

Fonte: próprio autor

A principal categoria elencada para o DSC desenvolvido a partir da pergunta “Qual o seu entendimento sobre interdisciplinaridade?” descreveu a mesma como “Interação Disciplinar”. Esta foi a categoria com maior frequência, tanto no que se refere às ideias, quanto no que toca a quantidade de depoentes, agregando 10 (dez) Ideias Centrais. Escolhemos, novamente por uma limitação de espaço, apresentar apenas o DSC referente a esta categoria mais frequente. O Sujeito Coletivo composto por 02 (dois) discentes, 03 (três) gestores e 05 (cinco) técnicos argumenta:

Antes de apresentar essa visão minha sobre interdisciplinaridade eu queria falar, na verdade, do conjunto que sempre aparece associado a esse debate que são as questões relacionadas a multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e, obviamente, a interdisciplinaridade, quer dizer multi, inter, trans, que aliás é até o prefixo que nós utilizamos por algum tempo no nosso Instituto, uma vez que há uma compreensão nossa que o Instituto não é essencialmente interdisciplinar, mas MITdisciplinar, ou seja, multi, inter, trans, esses termos estão associados, respectivamente, às noções de justaposição, mediação e superação das disciplinas. No caso, a interdisciplinaridade eu acredito que seja quando vários campos de conhecimento dialogam entre si. Então, quando se fala sobre interdisciplinaridade eu imagino, interpreto, várias matérias se comunicando, se interligando... a interdisciplinaridade, pelas leituras aí, são as relações entre as áreas de conhecimento diversas, é articular os diversos conteúdos oriundos de outros recipientes de formação do conhecimento, mas não somente isso, é também uma interação entre disciplinas aparentemente distintas, uma relação de/entre disciplinas diferentes, que te possibilita uma reflexão crítica sobre elas, um pensamento que encaminha pra transdisciplinaridade, e pra algo que está à

frente só desse trânsito entre os conhecimentos, dessas relações entre os mundos diferentes, digamos assim, categorizados por área de conhecimento.

A interdisciplinaridade prevê um diálogo entre várias áreas do saber, produzindo uma outra coisa a partir desse diálogo, sendo que para isso você precisa ter alguém que domine várias áreas do saber. Ela não é só isso, mas uma das coisas fundamentais da interdisciplinaridade é acionamento de diversos saberes pra colocá-los em um diálogo que produza a partir disso. Por exemplo: tem o disciplinar - que é matemática, física, química, biologia, etc. - e tem o inter, que é fazer a junção das duas criando uma nova... existem já cursos interdisciplinares, por exemplo, físico-química, biologia molecular, biologia computacional, biomedicina. São ações, atos interdisciplinares, porque criam uma coisa nova, juntar as disciplinas criando uma terceira que é híbrida das duas primeiras.

Então a interdisciplinaridade surgiu com a necessidade. Na academia, num certo contexto histórico, com o desenvolvimento das ciências e uma especialização das linguagens científicas também cada vez maior, um campo conhecer a produção do outro campo de conhecimento foi se tornando cada vez mais difícil... surgiu mais ou menos pra responder a esse problema, pra tentar facilitar o intercâmbio das produções dos diversos campos de conhecimento... ela vai no sentido de uma troca de conhecimentos entre áreas aparentemente - ou tradicionalmente - separadas, definidas de uma forma separada. Ao meu ver a interdisciplinaridade vem um pouco pra desconstruir isso aí e tentar erguer novas pontes, novas possibilidades de construção de conhecimento, a partir da relação de áreas que tradicionalmente têm sido isoladas. Obviamente que isso não ofusca a ideia de que a disciplinarização é importante em determinados momentos da formação, que a especialização é importante em determinados momentos da vida acadêmica ou profissional, mas eu não coloco a interdisciplinaridade como uma mera oposição à disciplinaridade: o valor está exatamente em conjugar as diversas disciplinas permitindo uma mediação entre essas áreas... em gerenciar como ela se relaciona com outras dimensões transdisciplinares, os conhecimentos transversais nas diversas áreas de conhecimento e na multidisciplinaridade, ou seja, como as diversas áreas do conhecimento, cada uma de forma particular, contribui pra um determinado fenômeno.

Podemos perceber que esta categoria agrega Ideias Centrais que combinam uma compreensão da interdisciplinaridade como parte de um *continuum* envolvendo outros modos de interação/superação disciplinar e que pensam o diálogo entre as disciplinas como capaz de gerar não apenas novas disciplinas, mas também de uma reflexão crítica sobre a própria dinâmica de produção do conhecimento e acerca deste diálogo.

Outro aspecto relevante levantado por este DSC é o papel da hiper-especialização na emergência da interdisciplinaridade, à medida que considera como a crescente dificuldade de intercâmbio entre os campos do saber em decorrência de sua verticalização contribuiu para uma reorientação no fazer e pensar científico. O DSC também destaca a ênfase na importância da disciplinaridade, e que apesar do movimento para transpô-la, a interdisciplinaridade não nega o conhecimento disciplinar, mas parte deste. Assim, o entendimento de interdisciplinaridade, conforme apresentado pelos sujeitos da pesquisa, privilegia - ao menos conceitualmente - uma concepção profunda de interdisciplinaridade, vista principalmente como um processo que deve ocorrer entre áreas de conhecimento.

Por fim, gostaríamos de ressaltar o potencial da técnica do DSC para investigar quali-

quantitativamente as Representações Sociais expressadas por um público amplo que, em geral, é foco das políticas educacionais, mas cujas considerações e impressões pouco são objeto de reflexão devido a dificuldade de levantá-la de modo simultaneamente abrangente, em termos numéricos, e substancial, em termos de sentido.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação*. Revista Múltiplas Leituras, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008, p. 18-43. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 21 set. 2016.

ARRUDA, A. *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Caderno de Pesquisa. UFRJ. n.117, nov/2002. p.127-149.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERNANDES, Cássia do Carmo Pires; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; VIEIRA, Larissa Haddad Souza; QUIRINO, Solange das Graças. *Representações Sociais de Políticas Educacionais no Universo da Gestão Pública Municipal: um Estudo de Multicasos*. In: III Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG 2008, 2008, Salvador. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG471.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

FIGUEIREDO M. Z. A., CHIARI B. M., GOULART B. N. G. *Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa*. Distúrb Comun, São Paulo. 2013 [acesso em 21 set 2016]; 25(1):129-136. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931/11139>>. Acesso em: 22 set. 2016.

GIUST-DESPRAIRIES, Florence. *Representação e imaginário*. In Jacqueline Barus-Michel, Eugène Enriquez, & André Lévy (Eds.), *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 174-189). Lisboa: Climepsi, 2005.

GONDIM S. M. G., FICHER T. *O discurso, a análise de discurso e a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na gestão intercultural*. Cadernos Gestão Social, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set.-dez. 2009.

JODELET, D. *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LEFEVRE F, LEFEVRE AMC. *Pesquisa de Representação Social. Um enfoque quali-quantitativo*. Brasília (DF): Liberlivro, 2012.

LEFÈVRE F, LEFÈVRE AMC. *Pesquisa qualitativa levada a sério*. São Paulo, 2003. Disponível em <http://hygeia.fsp.usp.br/~flefevre/Discurso_o_que_e.htm>. Acesso em 21 Set 2016.

LEFÈVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. *Avaliação qualitativa dos cursos de especialização "capacitação e desenvolvimento de recursos Humanos em Saúde – CADRHU"*. In: Saúde e Sociedade v.12, n.2, p.68-75, jul-dez 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7099/8570>>. Acesso em 21 Set 2016.

LEFEVRE, F. LEFEVRE, A. M. C. *Texto Contexto*. Enferm, Florianópolis, 2014 Abr-Jun; 23(2): 502-7. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n2/pt_0104-0707-tce-23-02-00502.pdf>. Acesso em: 21 set 2016.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *O sujeito coletivo que fala*. Interface (Botucatu) 2006, vol.10, n.20, pp.517-524. Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v10n20/17.pdf>>. Acesso em 21 set 2016.

MOSCOVICI, S. in GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.)., *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SALES, Fernanda de; SOUZA, Francisco Chagas de; JOHN, Valquiria Michela. *O Emprego da Abordagem DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) na Pesquisa em educação*. In LINHAS, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1361/1167>>. Acesso em 21 set 2016.

SILVA, J. A.; SALES, L. C. *Representações sociais de meio ambiente construídas por alunos de 8ª série do Ensino Fundamental*. Linguagens, Educação e Sociedade, v. 5, n. 5, p. 11-23, 2000.

SPINK, M. J. P. *O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.

Submetido em 14/07/2017, aprovado em 18/02/2018.